

ANO MMXXV

Quarta-feira, 18

BC inicia decisão dos juros com mercado dividido; Fed deve manter taxa

Autoridades monetárias dos Estados Unidos e do Brasil iniciaram nesta terça-feira (17) o primeiro dos dois dias de debates para definirem os próximos passos dos juros, com analista prevendo a manutenção das taxas nos níveis atuais. As decisões do Fed e do BC serão publicadas nesta quarta-feira (18), com a expectativa de que os juros sejam mantidos entre 4,25% e 4,5%

nos EUA e 14,75% no Brasil. Segundo a ferramenta FedWatch, do CME Group,(...), 99,8% dos agentes apostam em manutenção nesta reunião do Fed. A percepção é de que os juros norte-americanos devem voltar a baixar em setembro, para quando 57,2% dos investidores preveem juros entre 4% e 4,25%. Fonte: CNN Brasil



Câmara aprova urgência para votar suspensão de decreto do IOF

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (16), por 346 votos a favor e 97 contrários, um requerimento de urgência para acelerar a tramitação de um projeto que suspende os efeitos do decreto do governo Lula que elevou IOF. A medida permite que a proposta vá diretamente ao plenário, sem passar pelas comissões temáticas. No entanto, a votação do mérito ainda não tem data para acontecer. Fonte: InfoMoney

Câmara deve barrar medida que restringe abertura do comércio em feriados; entenda

A Câmara dos Deputados deve votar nesta segunda-feira (16) a derrubada da portaria do governo federal que restringe o funcionamento de atividades comerciais em feriados nacionais. A norma, publicada pelo MT, exige convenção coletiva para permitir que setores como supermercados, farmácias e concessionárias funcionem em datas comemorativas. A medida enfrentou forte resistência de parlamentares da oposição, empresários e entidades patronais, e teve sua entrada em vigor adiada para 1º de julho de 2025. Fonte: InfoMoney

Febraf acompanha audiência na Câmara sobre regulamentação da limpeza urbana

A Febraf e o Seac-PR participaram da audiência pública promovida pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada no dia 10, que discutiu o Projeto de Lei 4146/2020, voltado à regulamentação da profissão de trabalhadores da limpeza urbana. A Febraf foi representada pelo diretor financeiro, Avelino Lombardi, e pelo presidente do Secap, Diego Castro, enquanto o SEAC-PR esteve representado por seu presidente, Rogério Bueno de Queirós, e pelo vice-presidente, Luiz Carlos Poli. Fonte: Febraf

Dólar hoje tem leve baixa, mesmo com tensões entre Israel e Irã no radar

Após fechar na menor cotação desde outubro de 2024 na véspera, o dólar opera com queda ante real nesta terça-feira (17), à medida que investidores avaliavam as notícias mais recentes sobre o conflito entre Israel e Irã, que entrava em seu quinto dia, enquanto aguardam decisões de bancos centrais ao longo da semana. Fonte: InfoMoney

Mantida justa causa de economiário que deu declaração falsa na contratação

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do TST rejeitou recurso de um ex-empregado da Caixa Econômica Federal (CEF) dispensado por justa causa por ter apresentado falsa declaração de bons antecedentes ao ser contratado. O concurso público em que ele foi aprovado exigia declaração de que não sofrera penalidade disciplinar em emprego público anterior, mas ele havia sido dispensado antes por justa causa e omitiu o fato. Fonte: TST Notícias

Familiares de eletricista com sequelas graves após acidente terão direito a indenização

O TST rejeitou o recurso da Lactalis do Brasil contra o pagamento de indenização à família de um eletricista que sobreviveu a um grave acidente de trabalho. Segundo o colegiado, os familiares sofreram as consequências do dano moral vivido pelo próprio trabalhador, independentemente de o acidente não ter causado óbito. Fonte: TST Notícias

Empregadora doméstica é absolvida de indenizar empregada que fraturou o punho

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou improcedente o pedido de indenização de uma trabalhadora doméstica que fraturou o punho durante o expediente. Segundo o colegiado, não há indícios de que a queda tenha ocorrido por negligência ou irregularidade nas condições de trabalho. Leia os detalhes [clikando aqui](#). Fonte: TST Notícias